

**Comentários à Convenção
das Nações Unidas
sobre Direito do Mar**

Comentários à Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar

2022

Wladimir Brito
Fátima Castro Moreira
Coordenadores

COMENTÁRIOS À CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DIREITO DO MAR

COORDENADORES

Wladimir Brito

Fátima Castro Moreira

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Avenida Emídio Navarro, 81, 3D

3000-151 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

PRÉ-IMPRESSÃO

João Jegundo

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Julho, 2022

DEPÓSITO LEGAL

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



ALMEDINA

GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

????????????????????????????

PREFÁCIO

Os Comentários à Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, que agora se apresenta ao público interessado no estudo desse importante ramo do Direito Internacional Público, é o resultado de um projecto de investigação concebido e coordenado cientificamente por investigadores do Instituto Jurídico Portucalense da Universidade Portucalense Infante D. Henrique, com o apoio da FCT, e realizado por eles e por um conjunto de investigadores de outras instituições de ensino superior e por estudiosos do Direito do Mar com outras afiliações, que estão devidamente identificados nesta obra.

Nestes Comentários a investigação levada a cabo por cada um dos investigadores incide sobre cada uma das Partes da Convenção da ONU sobre o Direito do Mar com vista a oferecer uma visão global da Parte estudada. Não se trata, portanto, de uma anotação aos artigos dessa Convenção, tarefa que exigiria outro fôlego atenta a dimensão do seu articulado normativo.

Com estes Comentários, ao que sabemos, o primeiro com essa natureza a ser publicado em língua portuguesa, pretendemos oferecer nesse idioma aos estudiosos do Direito do Mar um instrumento teórico que permite, aos mais novos, iniciar o estudo desse direito através de um conjunto articulado de estudos sobre cada uma das Partes da Convenção, e aos mais versados nessa ramo do Direito Internacional Público, o aprofundamento dos seus conhecimento através da visão crítica e holística que cada um dos autores apresenta no respectivo comentário sobre a Parte desse instrumento internacional.

Assim, estamos perante uma obra que interessa e se destina quer aos estudantes do Direito Internacional quer aos investigadores e estudiosos já versados no Direito do Mar. Mais, trata-se de obra que, por ser em língua portuguesa, terá certamente acolhimento nos países de língua portuguesa, por todos sem excepção serem banhados pelo mar e por todos não poderem dei-

xar de estar interessados no conhecimento do direito que regula a utilização do Mar pelos Estados costeiros ou ribeirinhos, o que é tanto mais importante quanto hoje a economia do Mar é essencial para o próprio desenvolvimento desses países e reclama esse conhecimento e o sector do Mar passou a ser, pelo menos, para Portugal plenamente assumida em 2006 como desígnio nacional com a Estratégia Nacional para o Mar.

Para se evitar repetições sempre indesejáveis, remetemos para “Autores” onde poderá ver quem são e as respectivas afiliações institucionais, para o Plano da Obra onde poderá ver os autores de cada uma das Partes da Convenção e para os resumos constantes de cada Comentário onde poderá ficar com uma ideia da matéria objecto de cada Comentário.

Esperamos que este trabalho, que envolve dezasseis investigadores nacionais e estrangeiros – Brasil, Cabo Verde e Espanha – e que preenche uma lacuna na doutrina de língua portuguesa, venha a servir para incentivar a investigação e o estudo do Direito do Mar.

WLADIMIR BRITO
FÁTIMA CASTRO MOREIRA
Coordenadores Científico

PLANO DA OBRA

Capítulo 1 – Introdução histórica ao Direito do Mar: Breve Descrição, *Wladimir Brito*

Capítulo 2 – As Linhas de Base, *Paulo Neves Coelho*

Capítulo 3 – O Mar Territorial e a Zona Contígua, *Fátima Castro Moreira*

Capítulo 4 – Os Estados Arquipelágicos, *Vasco Becker-Weinberg*

Capítulo 5 – A Zona Económica Exclusiva, *Manuel Almeida Ribeiro*

Capítulo 6 – A Plataforma Continental, *Fátima Castro Moreira*

Capítulo 7 – A Delimitação de Fronteiras, *Nuno Marques Antunes*

Capítulo 8 – O Alto Mar, *Fernando Loureiro Bastos*

Capítulo 9 – O Regime das Ilhas, *Vasco Becker-Weinberg*

Capítulo 10 – Os Mares Fechados ou Semifechados, *Rodrigo More*

Capítulo 11 – O Direito de Acesso ao Mar e a Partir do Mar dos Estados sem Litoral e Liberdade de Trânsito, *Tiago V. Zanella*

Capítulo 12 – A Área, *Teresa Ponte Iglésias*

Capítulo 13 – A Proteção e Preservação do Meio Marinho, *Marta Chantal Ribeiro e J. Jorge Urbina*

Capítulo 14 – A Secção 7 da Proteção e Preservação do Meio Ambiente Marinho – *Vasco Becker-Weinberg*

Capítulo 15 – A Investigação Científica Marinha, *Carla Amado Gomes*

Capítulo 16 – O Desenvolvimento e Transferência de Tecnologia Marítima, *Wagner Menezes*

Capítulo 17 – A Solução de Controvérsias, *José Luís Jesus*

Capítulo 18 – As Disposições Gerais, Artigo 303, *Mariano Aznar*

Capítulo 19 – As Disposições Finais, *Fernando Loureiro Bastos e Tiago Zanella*

AUTORES

Carla Amado Gomes Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Investigadora do Centro de Investigação de Direito Público da FDUL

Fátima Castro Moreira Professora Auxiliar do Departamento de Direito da Universidade Portucalense, Investigadora do IJP – Instituto Jurídico Portucalense e Coordenadora do Grupo de Investigação FCM-Fórum de Consciência Marítima

Fernando Loureiro Bastos Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Coordenador do Grupo de Investigação de Direito Internacional e Europeu do CIDP – Centro de Investigação de Direito Público

J. Jorge Urbina Professor Titular de Direito Internacional Público, Facultad de Derecho, Universidad de Santiago de Compostela.

José Luís Jesus Juiz do Tribunal Internacional sobre Direito do Mar

Manuel de Almeida Ribeiro, Professor do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa e Presidente da Sociedade Portuguesa de Direito Internacional.

Mariano Aznar Professor catedrático de Direito Internacional Público. Universitat Jaume I

Marta Chantal Ribeiro Professora Auxiliar, com nomeação definitiva, da Faculdade de Direito da Universidade do Porto; Investigadora Principal do *Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental (CIIMAR)*.

Nuno Marques Antunes, M.A., Ph.D. (Universidade de Durham, Reino Unido), docente convidado da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa), Sócio da ‘Miranda & Associados – Sociedade de Advogados, SP, RL’

Paulo Neves Coelho, Oficial da Marinha (capitão-de-mar-e-guerra), na Reforma, Doutor em Direito e consultor internacional no âmbito do Direito do Mar.

Rodrigo More Professor do Instituto do Mar da Universidade Federal de São Paulo

Teresa Ponte Iglésias Professora Catedrática de Direito Internacional Público e Relações Internacionais, Universidade de Santiago de Compostela

Tiago V. Zanella Pós-Doutor pela Escola de Guerra Naval (EGN). Doutor em Ciências Jurídico-Internacionais e Europeias pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDL); Mestre em Direito Internacional e Relações Internacionais pela FDL; graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba; graduado em Relações Internacionais pelo UNICURITIBA; Presidente do IBDMar (Instituto Brasileiro de Direito do Mar); Professor da Escola de Guerra Naval (EGN)

Vasco Becker-Weinberg Professor Auxiliar na Faculdade de Direito da Universidade Lusófona, Professor Auxiliar Convidado da Nova Lisbon School of Law, Assessor no Tribunal Constitucional

Wagner Menezes, Professor Associado da Faculdade de Direito da USP e Diretor do Centro de Estudos em Direito do Mar da Universidade de São Paulo – USP; Presidente da Academia Brasileira de Direito Internacional e membro da Association Internationale du Droit de la Mer – AssIDMer

Wladimir Brito, Professor Catedrático da Universidade Portucalense, Diretor do IJP – Instituto Jurídico Portucalense, Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Direito da Universidade do Minho

ABREVIATURAS

- AIFM – Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos
- CDI – Comissão de Direito Internacional
- CLPC – Comissão de Limites da Plataforma Continental
- CNUDM – Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar
- CMTZC – Convenção de Genebra sobre o Mar Territorial e a Zona Contígua, de 1958
- CPC – Convenção de Genebra sobre a Plataforma Continental, de 1958
- CTJ – Comissão Técnica e Jurídica
- DENA – Departamento de Estado Norte Americano
- DIP – Direito Internacional Público
- DOALOS – Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea
- EC – Estado costeiro
- ESLGD – Estados sem litoral ou geograficamente desfavorecidos
- FONR – Freedom of Navigation Regime
- icm – investigação científica marinha
- III CNUDM – Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Direito do Mar
- ILA – International Law Association, Associação de Direito Internacional
- LBR – Linhas de base rectas
- M – Milhas náuticas ou milhas marítimas
- Margineer* – Estados com amplas margens continentais
- OI – Organização Internacional
- OIs – Organizações Internacionais
- OHI – Organização Hidrográfica Internacional
- ONU – Organização das Nações Unidas
- p. – página
- pp. – páginas
- Presidential Decision Directive (PDD)
- REMP – Planos regionais de ordenamento ambiental
- s. – seguinte
- ss. – seguintes

- SdN – Sociedade das Nações
- SGNU – Secretário Geral das Nações Unidas
- TALOS – Manual sobre os Aspectos Técnicos da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar
- TIDM – Tribunal Internacional para o Direito do Mar
- TIJ – Tribunal Internacional de Justiça
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
- USFONR – United States Freedom of Navigation Regime
- ZEE – Zona Económica Exclusiva
- ZEEs – Zonas Económicas Exclusivas